

Compensação será estudada

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados mobilizará o Departamento Técnico da Câmara dos Deputados visando a criação de um marco legal para tratar da compensação financeira às cidades que abrigam represas destinadas ao abastecimento público ou contenção de enchentes.

A medida responde à demanda apresentada pelos parlamentares que compõem a Comissão Especial de Vereadores (CEV) dos Recursos Hídricos da Câmara de Mogi. O anúncio foi feito pelo presidente do colegiado, Vilson Covatti (PP), que recebeu os legisladores, em Brasília, a pedido do deputado federal Junji Abe (PSD) também integrante do grupo.

“Nossa demanda foi bem recebida não só pelo deputado Covatti, mas também pelos deputados de nossa Região, Junji Abe e Roberto de Lucena (PV)”, apontou o vereador Juliano Abe (PSD), presidente da

CEV, ao final do encontro, realizado no início da noite de anteontem. Ele esteve em companhia de outros dois membros da comissão, Odete Sousa (PR) e Marcos Furlan (PV).

Junji registrou o descaso governamental com municípios escolhidos para sediar usinas hidrelétricas e reservatórios destinados ao abastecimento de água ou contenção de enchentes. “Perdem áreas, a maioria delas produtiva. Ou seja, geravam produtos cuja comercialização garantia repasses financeiros decorrentes de impostos. Os produtores são expulsos de suas propriedades sem receberem a devida indenização. Além disso, milhares de trabalhadores perdem seus empregos e, ao lado dos agricultores expropriados incham os bolsões de miséria, criando mais problemas sociais para as cidades”, enumerou, assinalando que as prefeituras não recebem a devida compensação financeira.

É o caso do Alto Tietê, onde o governo estadual implantou

o Sistema Produtor de Água do Alto Tietê (Spat). As quatro barragens, nos rios Tietê, Taiacupeba, Jundiá e Biritiba. Juntas, respondem pela produção de 15 metros cúbicos por segundo de água para atender população superior a 4 milhões de habitantes na Região Metropolitana.

Os parlamentares federais reconheceram a legitimidade do pleito levado pelos vereadores mogianos e se disponibilizaram a contribuir com articulação política para que as bandeiras levantadas pela CEV, sobretudo a compensação pela produção de água, sejam efetivadas de maneira prática. “Este apoio dos deputados para engrossar o movimento e auxiliar nos estudos só vem a engrandecer a nossa luta”, comemorou Juliano.

Segundo Juliano Abe, o deputado Lucena solicitou a inclusão de Santa Isabel na luta pela compensação financeira à produção de água, já que a cidade também possui represas para abastecimento.